

Por Karla Gamba

***Projeto também ficou mais abrangente e agora disciplina o acesso à telessaúde***

O deputado Pedro Vilela (PSDB-AL), relator do projeto da telemedicina ([PL 1998/2020](#)), protocolou na última quarta-feira (20/4) [seu parecer](#). Entre os principais pontos do relatório, que deve ir para votação no plenário da Câmara na próxima semana, está a proposta de que a primeira consulta não seja obrigatoriamente presencial; a previsão de que os médicos só precisam obter um registro profissional em seu conselho regional de origem, ainda que atendam em Estados diferentes. O texto também ficou mais abrangente e agora disciplina o acesso à telessaúde, não somente à telemedicina, como previa a versão inicial.

[Conforme adiantado pelo JOTA](#), alguns dos pontos considerados sensíveis foram equacionados em conversas com parlamentares, Ministério da Saúde, Conselho Federal de Medicina (CFM) e outras entidades envolvidas.

**[Leia aqui na íntegra.](#)**

**Fonte:** JOTA, em 26.04.2022